

A INFLUÊNCIA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS

(<https://doi.org/10.47907/Incendios/ProtecaoAmbiental/AlteracoesClimaticas/2023/7>)

MÁRCIO TELES

Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mangualde

“As alterações climáticas estão a agravar os riscos e a magnitude dos incêndios florestais em todo o mundo”, de acordo com *Mariya Gabriel*, do Centro Comum de Investigação (JRC) da Comissão Europeia

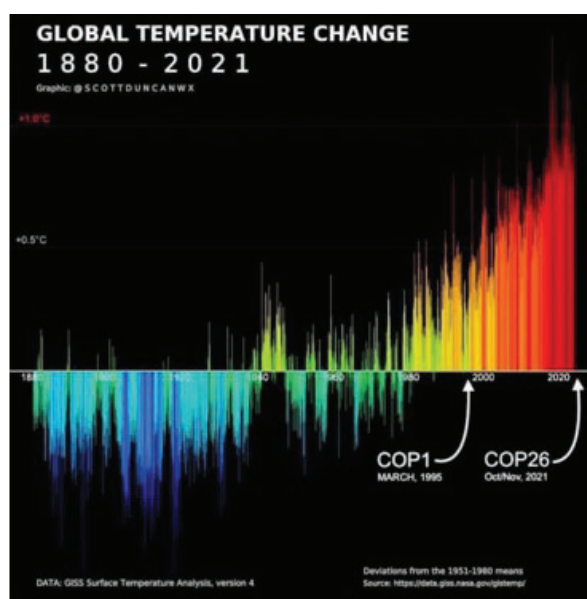


FIGURA 1: Alteração Global da temperatura, 1880-2021

São cada vez mais evidentes os efeitos das alterações climáticas, verificando-se uma tendência crescente claramente observável.

No caso dos incêndios rurais o perigo de incêndio é mais elevado em zonas onde até então o mesmo seria reduzido, assim, o risco de incêndio rural, em certas zonas, passa a ser maior e caso exista a ocorrência, a mesma poderá ter efeitos nefastos para as zonas urbanas e consequentemente a perda de valor patrimonial e paisagístico.

Durante muitos anos foi entendido como “época” de incêndios rurais os meses de verão, contudo nos últimos anos esta “época”, está cada vez mais estendida e com maior incerteza temporal.

Para além da incerteza temporal são cada vez mais frequentes os incêndios de maior intensidade, “Mega Incêndios” que se propagam rapidamente e relativamente aos quais os meios de combate, na sua fase inicial, pouco podem fazer no âmbito do combate.

De forma transversal os incêndios já não afetam apenas a Europa Meridional, tornando-se uma ameaça crescente também para a Europa Central e Setentrional.

Alguns dos países afetados, Reino Unido, Irlanda, Finlândia, Letónia, Alemanha, Polónia, Suécia e Noruega.

Como exemplo em 2018, a Suécia foi o segundo país com mais superfície queimada na Europa, apenas atrás de Portugal, no Reino Unido a superfície florestal afetada foi 40% superior à de Espanha, (*ANP-WWF*).

O aumento do risco é elevado em zonas do planeta anteriormente não afetadas por incêndios rurais como por exemplo para o Ártico.

Na zona da Sibéria, com os seus invernos rigorosos têm surgido vários incêndios, apelidados de “incêndios zumbis” pelas suas características de incêndio subterrâneo.

Face a estes factos terá que haver uma alteração clara e objetiva na antecipação, com a determinação dos riscos na base das condições de vulnerabilidade, de âmbito mais próximo e localizado. A prevenção, nas suas várias formas e patamares, deverá adotar medidas e ações destinadas a evitar ou mitigar os possíveis impactos adversos desta tipologia de ocorrências e não esquecer as que poderão estar relacionadas, como as ondas de calor.

Ao nível do planeamento terá que haver uma maior dinâmica nos instrumentos de prevenção, de mobilização de recursos humanos e materiais considerando estas alterações. Os planos de âmbito local terão que ter as mesmas dinâmicas não só em relação às alterações climáticas, mas também uma relação coerente com os instrumentos de

planeamento de escalão superior, garantindo assim a possibilidade de interligação sem quebras no âmbito territorial.

No combate aos incêndios rurais poderão ser definidas como “possíveis” influências das alterações climáticas:

- Aumento da dificuldade de combate no ataque inicial;
- Aumento da intensidade de forma repentina, mesmo numa fase inicial;
- Maiores velocidades de propagação;
- Alterações repentinas na intensidade e direção do vento, levando consequentemente à alteração do sentido de propagação;
- Maior libertação de energia e o consequente desgaste dos vários operacionais;
- Aumento de caudais no combate direto levando a uma diminuição do tempo de intervenção;
- Alterações na velocidade, sentido e comportamento comparando com incêndios anteriores na mesma área;
- Necessidade clara dos meios de ataque inicial de forma mais rápida no teatro de operações;
- Aumento do número de projeções em fases iniciais do incêndio;
- Maior dificuldade nas operações de rescaldo e consolidação obrigando a um maior empenhamento e outro tipo de recursos;
- Interligação destes eventos com outro tipo de riscos.

As incertezas temporais desta tipologia de risco têm sido evidentes como exemplo, o incêndio em povoamento florestal em Paraduça, Arões, Vale de Cambra, com uma área ardida aproximada de 127,92 ha, no dia 28 de janeiro 2022 pelas 12h38m (Figura 2), com um empenhamento de 252 operacionais, 71 meios terrestres e 3 meios aéreos.

Outro fator de extrema importância, em associação, será o uso e ocupação do solo principalmente o interface urbano-florestal levando assim, em caso de ocorrência, a uma ameaça clara do edificado e consequentemente da população. Este tipo de ocorrências leva a uma maior dispersão dos meios operacionais e consequentemente uma maior necessidade de recursos humanos e materiais. Como exemplo do anteriormente referido o incêndio rural em Gambelas, Moiras, Montenegro, Faro, com uma área ardida aproximada de 733,36 ha, início a 12 de julho de 2022 pelas 23h30m envolvendo 363 operacionais, 129 meios terrestres e 4 meios aéreos (Figura 3).

fator, combustível e ocupação do solo, a maior necessidade de medidas mitigadoras não só com a diminuição da carga, mas também drásticas alterações no ordenamento e gestão do espaço rural e florestal. Como terceiro fator a meteorologia e consequentemente as alterações climáticas, aqui muito haverá a fazer no âmbito da sensibilização de modo a evitar alguns comportamentos de risco, desenvolver uma cultura de informação permanente em relação aos riscos e a outras tipologias de riscos associados como as ondas de calor e inundações em áreas atingidas pelos incêndios onde não terá sido efetuada a estabilização pós-incêndio, principalmente em zonas de maior declive.

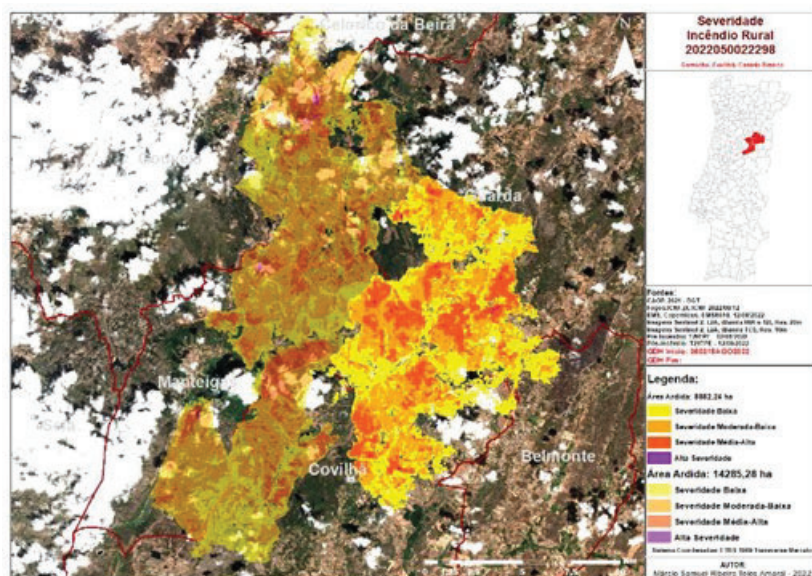


FIGURA 5: Severidade incêndio rural Garrocho, Covilhã, Castelo Branco.

Por si só o combate terá que sofrer alterações na abordagem tendo por base estes três fatores, não de forma isolada, mas de forma conjunta garantindo assim, uma maior celeridade na execução dos processos de mitigação olhando também para os territórios com maior risco e como primeira prioridade.

Nos locais onde ocorreram incêndios deverá ser avaliada toda área atingida e pelos mesmo fatores, priorizar o que serão as ações de estabilização pós emergência, garantindo assim a segurança das pessoas e dos seus bens.

Em conclusão defino alguns aspetos que, no meu entendimento e face às alterações climáticas, poderão ser melhorados e/ou alterados:

- Garantir uma forte intervenção ao nível da antecipação, prevenção e planeamento;
- Dotar o nível local com capacidade de operacionalização das diretrizes da cultura de Proteção Civil;
- Envolver o cidadão com a criação e implementação das Unidades Locais de Proteção Civil, com foco na prevenção, antecipação e estabilização pós emergência;
- Fortalecer os níveis de conhecimento dos Serviços Municipais de Proteção Civil com os recursos necessários e a adequação aos riscos existentes na sua área;
- Promover a análise de risco e assim adequar as operações de prevenção;
- Fortalecer e reestruturar o ataque inicial;
- Criar equipas multidisciplinares, por proximidade, que mantenham a monitorização das ocorrências e assim antecipem, com todos os dados, a implementação do Posto de Comando Operacional;
- Verificar a efetividade e a adequabilidade da cartografia de perigosidade e de risco;
- Garantir a recuperação pós incêndio de modo a evitar danos com outros riscos por associação ao inicial;
- Garantir a diminuição do impacto dos incêndios assim como a sua extensão.

Como mensagem final deixo um pensamento.

Que o amanhã não demonstre, o “bem” que hoje vivemos e sentimos.